

Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Natureza e poder na estruturação territorial do Rio Paraíba do Norte, 1585-1799

Juliano Loureiro de Carvalho*

Resumo

Este trabalho foca a estruturação territorial da várzea do rio Paraíba do Norte (litoral da Capitania da Paraíba) a partir da atuação, ora conjunta, ora conflituosa, de Estado e Igreja, entre o fim do séc. XVI e o fim do séc. XVIII. A estruturação territorial é entendida como processo social, inserido em um universo cultural, que se apropria do espaço natural, gerando subdivisões espaciais que guardam lógicas próprias.

Com a cartografia de época e a documentação estatal, elaboraram-se sínteses gráficas que acompanham a divisão de freguesias, a elevação de um aldeamento a vila e a distribuição da população pelos concelhos. Identificam-se três momentos, tendo senhores de terras, Igreja e Estado como principais agentes, sucessivamente; e percebe-se como as territorialidades fundamentais derivadas do quadro natural se refletem nas estruturas administrativas.

Palavras-chave: Capitania da Paraíba; rio Paraíba; território.

Abstract

This article focuses on the territorial formation of River Paraíba Valley (on the eastern part of the Captaincy of Paraíba), through the action of the Portuguese State and the Catholic Church (sometimes harmonic, sometimes not), between the ends of 16th and 18th centuries. Here, territorial formation is seen as a social and cultural process, based on natural resources, that generates spatial arrangements that bear their own logics.

Ancient cartography and State documentation were used to produce graphical syntheses that show the division of parishes, the elevation of an Indian village to a town, and the distribution of population throughout each town or city hinterlands. By this, it was possible to identify three different moments of this process, each one of them led by landlords, Church or State. It was also possible to understand how natural resources reflect on rural production, and then on administrative structures, in a long term process.

Keywords: Captaincy of Paraíba; Paraíba River; territory.

1. Introdução.

O objetivo deste trabalho é entender como o meio físico é fundante da territorialidade na várzea do rio Paraíba, na Capitania da Paraíba¹.

RONCAYOLO (1986: 262) e SOUZA (2006: 78-79) apontam a vinculação entre *espaço* e *poder* como elemento fundamental na definição de território, restando ao meio

* Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

¹ A expressão “Paraíba do Norte” para o rio e a capitania só surge na segunda metade do século XVIII. Foi utilizada no título do trabalho por questão de clareza, mas não no corpo do texto.

físico, às relações de produção e às identidades culturais o papel de possíveis elementos de explicação da gênese e dos interesses sobre um território. É neste sentido que desenvolveremos nossa argumentação: mostrando como o meio físico ajuda a determinar, sucessivamente, a ocupação deste espaço por um determinado grupo, a organização da produção, a distribuição populacional e, finalmente, as divisões administrativas que surgem – que oficializam os limites espaciais das relações de poder exercidas.

Em lugar do conceito estático de território, utilizamos o de estruturação territorial, *processo social* que se desenrola no tempo – o que significa incorporar uma historicidade fundamental à análise. Ambos os conceitos implicam pensar simultaneamente sistema urbano, *hinterland* e as relações entre eles.

A opção por um recorte temporal amplo, que se estende por mais de dois séculos permite observar um processo que ocorre na longa duração, como definida por BRAUDEL (1978). Apenas assim foi possível perceber a permanência de certas estruturas territoriais, à revelia de processos de curta duração – como a invasão holandesa ou a centralização pombalina.

O marco inicial é o ano de 1585, quando do acordo com os índios Tabajara, que viabiliza o início de colonização da região, relativamente próspera durante as cinco décadas seguintes. Este ciclo é quebrado pela ocupação holandesa (1634-1654), após a qual a capitania da Paraíba enfrenta uma severa crise econômica, condicionada pela situação internacional adversa do açúcar brasileiro, pela desestruturação da produção quando da guerra de expulsão dos holandeses, e pelas repetidas secas e inundações do rio. Neste contexto, a anexação a Pernambuco, em 1755, é o reconhecimento da crise instalada – não uma tentativa de solucioná-la (OLIVEIRA, 1985). Só no final do século XVIII, alguma recuperação da economia local justifica a desanexação, colocando fim ao nosso período de estudo – 1799.

2. Várzea do rio Paraíba e seu quadro natural

A várzea do rio Paraíba é um fundo de vale plano², ao longo dos 50km finais do rio (imagem 1). Esta região, ocupada desde o fim do século XVI, foi a principal área produtora de açúcar da antiga Capitania da Paraíba, enquanto outras várzeas, paralelas a ela, e

² Área de cerca de 215,5 km², com cotas abaixo de 50m. Parte dos atuais municípios de João Pessoa, Bayeux, Sta Rita, Cruz do Esp. Santo, S. Miguel de Taipu e Pilar.

a zona serrana do brejo foram secundárias e ocupadas apenas nos séculos seguintes.

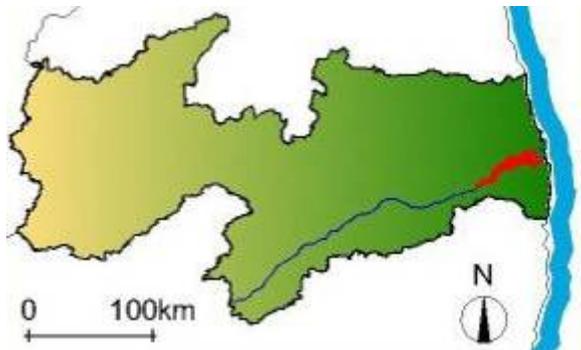


Imagem 1 (Carvalho, 2005).

A delimitação da várzea aqui adotada baseia-se nas considerações de ANDRADE (1997), e foi definida em estudo anterior (CARVALHO, 2005), a partir do cruzamento de uma série de dados físicos e históricos (PARAÍBA, 1985), tendo por base cartográfica as Cartas da Sudene (BRASIL, 1986) (imagem 2).

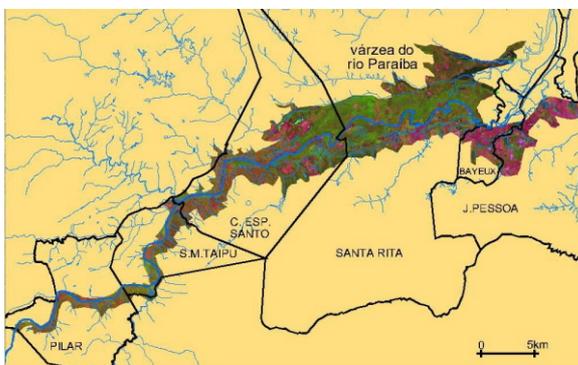


Imagem 2 (Carvalho, 2005).

É possível entender a área de estudo a partir de duas oposições básicas, que se mostram no relevo, no solo, na vegetação, e, conseqüentemente, na produção agrícola. A primeira delas é entre várzea em si e os tabuleiros que a delimitam ao norte e sul (imagem 3); a segunda ocorre dentro da própria várzea, entre o pólo mais próximo ao estuário (município de Santa Rita) e o pólo mais longínquo, a oeste do município de Pilar (imagens 4 e 5).



Imagem 3 (Carvalho, 2005).

A várzea, planície fértil de terrenos argilosos, encaixa-se entre os tabuleiros, também planos, 50 a 100m mais altos, sem a mesma fertilidade. Por isso, só a várzea foi ocupada pelo açúcar durante o período colonial, resultando em uma mancha bem delimitada, como já observara ANDRADE (1997). Já os tabuleiros permaneceram séculos como área residual, de retirada de lenha ou cultura de subsistência.

A outra oposição é que na extremidade leste da área de estudo, a várzea chega a ter 5,5km de largura e pluviosidade de 1800mm anuais, enquanto na extremidade oposta alcança pouco mais de 500 metros e pluviosidade de 1000 mm anuais. Assim, a *mata úmida* vai cedendo lugar à *mata seca* – e a cultura da cana-de-açúcar é cada vez mais difícil e foi sendo introduzida mais tarde. A transição entre as duas realidades fica aproximadamente no meio da várzea, no atual município de Cruz do Espírito Santo (imagens 4 e 5).

A partir deste conjunto de características físicas, leremos o objeto de estudo.



Imagem 4 (Carvalho, 2005).



Imagem 5 (Carvalho, 2005).

3. 1585-1745: o território do açúcar com limites invisíveis.

A fundação da cidade de Nossa Senhora das Neves, em 1585, marca o início da ocupação efetiva da Capitania Real da Paraíba. Os objetivos desta ocupação são garantir o território contra a ameaça francesa e permitir a expansão da agromanufatura açucareira pernambucana (GONÇALVES, 2003). Garantida a posse, a ocupação efetiva da *hinterland* vai acontecer rapidamente, no caso do rio Paraíba, e de forma mais lenta nas outras várzeas do litoral.

O instrumento legal da ocupação são as sesmarias concedidas a particulares pelo rei. Os dados existentes sobre esta primeira etapa da colonização foram sistematizados por GONÇALVES (2003: 209), e permitem perceber que, já por volta de 1620, ainda antes da invasão holandesa, os engenhos haviam chegado a uma estabilização no seu número – 20 (imagem 6).

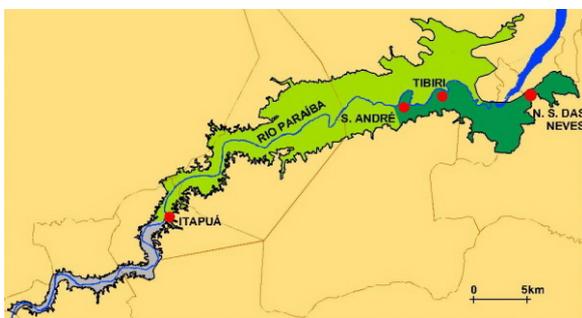


Imagem 6 (Carvalho, 2005).

Propomos que tal estabilização ocorre em função de um primeiro ponto de chegada do processo – ou seja, quando todas as terras desejáveis para a atividade já foram

concedidas e ocupadas pelos engenhos – visto que, se ainda houvesse boas terras disponíveis, a expansão continuaria, dadas as condições favoráveis do mercado.

Neste primeiro ciclo, a única forma de ocupação e de desenho do território da Paraíba é a propriedade rural: não há um conjunto de divisões administrativas, políticas ou religiosas: apenas a cidade e sua freguesia, com os limites de seus termos indefinidos. Neste momento, a produção açucareira pouco adentra a região mais seca da várzea, atingindo apenas o lugar Itapuá. Até então, configura-se apenas uma zona, a da várzea mais úmida, indivisa.

Nestes primeiros cinquenta anos, é possível situar a Capitania Real da Paraíba dentro do quadro geral que Nestor Goulart Reis Filho traçou para o período. No plano mais geral, percebe-se o largo alcance da atividade dos grandes proprietários rurais, configurando a única elite existente, a exemplo de Duarte Gomes da Silveira e Ambrósio Fernandes Brandão, que atuavam na agromanufatura do açúcar, no crédito mercantil e no comércio ultramarino (GONÇALVES, 2000). Relação semelhante também pode ser feita no campo mais próximo de nossos interesses, o do sentido do espaço produtivo: a contrapartida à grande produção rural brasileira, em termos de economia urbana e vida urbana, estava em Portugal – fazendo com que aqui elas fossem muito modestas (REIS FILHO: 19-28, 91-96). A ausência de qualquer elemento de caráter urbano que não a própria cidade Filipéia faz com que, nesta época, seja mesmo impossível falar de um sistema urbano na escala da Capitania.

Tratar do nosso objeto durante a ocupação holandesa (1634-1654) é complexo. Apesar da excelente qualidade da documentação espacial existente para a várzea do rio Paraíba neste período (CARVALHO, 2006), trata-se de um tempo de modificações sem um sentido definido: a invasão ocasiona uma desestruturação produtiva inicial, em parte superada durante os 20 anos de ocupação, e uma desestruturação maior quando de seu fim, marcando o início de uma crise que se estenderia pelos séculos XVII e XVIII.

Com a expulsão holandesa, ocorre um fenômeno aparentemente simples, mas de grande significação: em agradecimento à vitória, fundam-se as capelas de N. S. do Socorro e N. S. das Batalhas, com seus patrimônios, em plena várzea do rio Paraíba, em meio aos engenhos existentes. Se, até então, as únicas estruturas territoriais existentes no local eram, por um lado, a cidade, e, por outro, as sesmarias com suas fazendas e engenhos, agora aparece uma outra estrutura, independente de ambas, com base religiosa, e que virá a permitir uma outra forma de acesso à terra: o aforamento de parte deste patrimônio religioso.

MARX (1991) mostra como freqüentemente o patrimônio deste tipo de capela pode ser uma importante brecha na sociedade rural, sendo lugar do trabalho livre e de uma economia de traços urbanos, que por vezes causam sua elevação a freguesia e vila. O caso em estudo se enquadra nesta descrição: o Registro Geral de Terras do século XIX mostra que ambas as capelas constituíram povoados (porém estes nunca chegaram a freguesia).

Da segunda metade do século XVII até a década de 1740 só foi possível identificar um evento territorial significativo na área de estudo: a ocupação da região do Taipu pelo açúcar, como evidenciado pela documentação da Infantaria de Ordenanças, que em 1719 fala do distrito de Taipu e em 1721 do distrito do engenho Taipu (AHU/PB, 1719; AHU/PB, 1721). Neste momento do processo, já se torna possível ver um espaço de ocupação histórica distinta da inicial (ver imagem 7). A economia desta área mais interiorizada era diferente, dependendo menos do açúcar, produzido em menor escala, e se mantendo também da produção do algodão e do foro pago pelos moradores. Mesmo suas relações sociais e comerciais tinham um caráter próprio, ocorrendo em grande parte com o eixo Itambé - Goiana- Recife (Rego, s. d.).

Perceba-se que, depois da fundação da cidade da Paraíba, a atuação do Estado em todo este território é sub-reptícia, apenas de regulação de iniciativas individuais e não-coordenadas. A que se deve a dificuldade de acompanhar a estruturação territorial neste período? Resumir-se-ia ela a uma lenta expansão da área ocupada pelos engenhos? A lacuna relaciona-se à estagnação da Capitania – ou, pensando de forma mais geral, ao papel secundário que a Paraíba assumira no projeto colonizador português naquele momento (posição diferente da que tinha no fim do século XVI)?

4. 1745-1799: o desvelar dos sentidos do território.

Como referido, o século XVIII é de crise na economia açucareira em geral e na paraibana em particular. Em 1755, a Paraíba é anexada a Pernambuco, dentro da política centralizadora promovida pelo rei D. José e seu primeiro ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, mas as iniciativas de centralização já vinham do reinado anterior. Ainda como parte do processo de centralização, em 1759 é fundada a Companhia de Comércio de Paraíba e Pernambuco, que seria responsável pelo comércio da Capitania. Só nas últimas décadas do século a economia local voltaria a crescer. É neste contexto de centralização política (no plano

externo) e lenta retomada do crescimento (no plano interno) que a Igreja e a administração colonial vão empreender um processo coordenado de (re)estruturação territorial na Capitania.

Em 1745 se funda a freguesia de N. S. Rainha dos Anjos, do Taipu, a primeira da várzea que não a da capital (CÂMARA, 1997: 22). A origem do povoado é incerta, podendo corresponder a um terceiro caso de patrimônio religioso na várzea do Paraíba, desmembrado do engenho Taipu.

A partir da criação desta freguesia, pela primeira vez, existe algum tipo de divisão territorial dentro da área de estudo (no caso, uma divisão religiosa, com suas conseqüências na ordem civil). Tomamos esta data como baliza de um sub-período por entendermos que a criação desta paróquia marca o início da efetivação político-administrativa da estrutura territorial existente, utilizando os instrumentos da freguesia e da vila, que se estenderá ao longo do restante do século XVIII.

O início desta política territorial centralizadora, na década de 1740, corresponde a um atraso de cerca de cinquenta anos em relação ao que REIS FILHO (2000) e DELSON (1997) apontam como o início de medidas semelhantes para o restante do Brasil. Como dito no item anterior, a demora deste processo pode estar relacionada ao papel periférico que a Paraíba tinha, então, nos projeto colonial português.

A criação da Freguesia do Taipu acontece simultaneamente sob a égide da Igreja e do Estado. A preocupação que parece estar subjacente é levar a Igreja ao território, numa estrutura cada vez mais ramificada e presente, acompanhando a população à medida que esta tem possibilidades de sustentar o clero. As reivindicações das populações locais não podem ser esquecidas, pois estão constantemente presentes, mas as duas variáveis principais que surgem na documentação do Bispado de Pernambuco (ao qual pertence a Capitania de Paraíba) são o acompanhamento mais próximo da população e a capacidade de sustento dos párocos³. A relação íntima entre Estado e Igreja fica evidente na documentação consultada, e pode mesmo ser descrita como de continuidade. Sendo o rei que paga a cômputo dos vigários colados, o bispo parece interessado na racionalidade dos gastos, ao propor curatos em vez de freguesias, de modo a transferir o ônus do sustento dos padres para a população.

Para o raciocínio aqui desenvolvido, o mais importante é perceber que a criação desta freguesia está longe de ser aleatória, mas reflete o quadro territorial que até então se

³ Em virtude de espaço, a documentação utilizada não pode ser transcrita aqui. Especialmente interessantes são documentos de 1747 e 1777 presentes nas referências, e transcritos, em parte, em CARVALHO (2007).

vinha delineando, baseado primariamente no meio físico e nas implicações produtivas, econômicas e sociais deste, na medida em que começa a reconhecer o Taipu como núcleo autônomo.

Se os ciclos referidos até o momento têm sempre a anuência e a tutela do Estado, a partir de 1759 ele se torna o verdadeiro protagonista do processo, quando começa a efetuar a elevação dos aldeamentos indígenas a vilas. Estas elevações, no que se refere à Capitania de Pernambuco e suas anexas, são referidas pela primeira vez neste ano (AHU/PE, 1759). Agora, diferentemente de poucas décadas antes, o Estado está em franca disputa com um grupo ligado à Igreja – as ordens missionárias. Evidentemente, é preciso diferenciar estas últimas, que atuavam segundo lógica própria e, em grande parte independente, do clero secular, feito estatal pelo Padroado. No documento citado, se colocam várias das questões mais importantes envolvidas no processo, já estudadas de forma geral para o Brasil, ou algumas de suas regiões, nos trabalhos de DELSON (1997), FLEXOR (2004) e ARAUJO (1998), e no caso específico das anexas de Pernambuco, em SILVA (2002), LOPES (2005) e MEDEIROS (2005)⁴.

Primeiro, sua inserção num projeto estatal maior, de levar os índios à “libertação” e à “saída das trevas”, o que significava sua incorporação à lógica do Estado Português, suas instituições e valores. Uma segunda questão é a tomada como referência do que já havia ocorrido no Maranhão e Grão-Pará – especificamente, o Diretório dos índios, de 1758. Terceiro, o fato de que essa referência não é um modelo copiado diretamente, e sim unido a outras referências de forma que resulta num processo com características próprias⁵. Em síntese, é importante notar estas ações como dotadas de uma lógica de *gestão* do território: a busca de um maior controle das populações indígenas que se traduza na utilização de sua força de trabalho de forma mais eficaz e intensiva (LOPES, 2005).

A Vila do Pilar foi fundada em 05 de janeiro de 1763 (MEDEIROS, 2005:13) por sobre um aldeamento de índios da nação cariri, a apenas uma légua da sede da freguesia do Taipu. Retomando o raciocínio principal, percebemos que o Estado reforça, com a criação

⁴ O presente artigo faz parte de uma dissertação de mestrado focada na estruturação territorial da Paraíba na segunda metade do século XVIII.

⁵ As observações sobre o processo de redação de um Diretório dos Índios local deixam isso claro. Ver os documentos originais e os trechos transcritos em CARVALHO (2007).

desta vila e seu concelho, a divisão territorial já anteriormente oficializada quando da criação da freguesia do Taipu. Agora, a mesma área que antes tinha uma sede de freguesia, agora é sede de concelho e tem duas freguesias (ver imagem 7).

É de se presumir que, não fosse o interesse de incorporar os aldeamentos à lógica colonial através de sua elevação a vilas, tivesse sido a própria sede do Taipu a receber seu pelourinho – afinal, ela era mais importante, à época, do que o aldeamento existente. Perceba-se, ainda, que quando da criação da freguesia do Taipu, esta avança sobre a área já ocupada anteriormente, chegando justo ao limite da várzea mais larga – o que mais uma vez demonstra a utilização do meio físico como baliza para a delimitação territorial.



Imagem 7 (Carvalho, 2005).

Depois de 1766, o processo de fundação de vilas e freguesias se desloca para outras partes da Capitania, e a várzea permanece algumas décadas sem maiores mudanças territoriais. É possível acompanhar, num relatório de Fernando Delgado Freire de Castilho (AHU/PB, 1799), sua situação no fim do século: os 32 engenhos representam um aumento significativo em relação aos 24 da década de 1770 (PERNAMBUCO, 1777), mas ainda se situavam a até doze léguas da barra do rio; ou seja, não haviam ultrapassado o Taipu.

A partir de 1799 começa uma nova etapa da estruturação territorial, com a reorganização das infantarias de ordenanças, dividindo os termos dos concelhos em inúmeros distritos, e levando a espacialização do poder a uma escala inédita (CARVALHO, 2007).

5. Conclusão: longa duração x curta duração

A estruturação territorial da várzea, entre 1585 e 1799, corresponde a diversas mudanças: de apenas uma cidade contraposta aos engenhos, chega-se a um quadro com uma cidade, uma vila, uma sede de freguesia e alguns povoados, constituindo um sistema urbano. De uma presença estatal discreta, passa-se a um momento de estruturas administrativas disseminadas e atuantes. Ao mesmo tempo, a cultura açucareira permanece como elemento fundamental das territorialidades construídas, determinando a existência de duas áreas: no início do século XVII, estava definida a várzea mais úmida, ligada à capital; no início do século XVIII, estaria definida a várzea menos úmida, do Taipu, com conexões diretas com Pernambuco. Quando, no séc. XVIII, vão se implantando as estruturas administrativas que efetivam tais territorialidades enquanto dados de poder, os termos delimitados apenas acompanham um processo que vinha se desenrolando na longa duração.

É especialmente interessante o caso da elevação da vila do Pilar como exemplo da não interferência de um processo de curta duração – o ciclo de fundações pombalinas – nesta lógica. Há certa estranheza no processo (ao criar um novo núcleo muito próximo ao já existente) mas não há desafio à lógica posta (porque, com a proximidade entre Pilar-Taipu, permanece a polarização básica Taipu-Capital).

Referências

ANDRADE, Gilberto Osório de. **O rio Paraíba do Norte**. João Pessoa: Universitária/ Conselho Estadual de Cultura, 1997.

ARAUJO, Renata Malcher de. **As Cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão**. Porto: FAUP, 1998

BRASIL. Ministério do Exército. Departamento de Engenharia e Comunicações. Diretoria de Serviço Geográfico. **Região Nordeste do Brasil**. Brasília: Ministério do Exército, 1986 (a partir de levantamento da SUDENE, de 1970/1971). 4 mapas: color. 1:100.000

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

CÂMARA, Epaminondas. **Municípios e freguesias da Paraíba**. Campina Grande: Núcleo Cultural Português/ Caravela, 1997.

- CARVALHO, J. L. **Pré-inventário dos engenhos da várzea do rio Paraíba**. João Pessoa, 2005. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo), Centro de Tecnologia, UFPB.
- CARVALHO, J. L. **O universo açucareiro do rio Paraíba na Cartografia de Georg Marcgraf**. In: XII Encontro Estadual de História, 2006, Cajazeiras. História e Multidisciplinaridade: Fronteiras e Deslocamentos. C. Grande: UFCG/ANPUH-PB, 2006.
- CARVALHO, J. L. **Estruturação do Território da Várzea do Rio Paraíba do Norte, 1585-1799**. In: XII Encontro Nacional da ANPUR - XIIENA, 2007, Belém. Anais do XII ENA. Belém: UFPA, 2007.
- DELSON, Roberta Marx. **Novas Vilas para o Brasil-Colônia: Planejamento Espacial e Social no Século XVIII**. Brasília: Edições Alva/CIORD, 1997.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. A rede urbana brasileira setecentista. A afirmação da vila regular. In: **A construção da cidade brasileira**. Lisboa: Horizonte, 2004.
- GONÇALVES, R. C. **Guerras e Açúcares – Política e Economia na Capitania da Parayba (1585-1630)**. São Paulo, 2003. 303 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- LOPES, Fátima Martins. **Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino no século XVIII**. Recife, 2005. Tese (Doutorado em História do Norte-Nordeste) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco.
- MARX, Murillo. **Cidade no Brasil, terra de quem?** São Paulo: Edusp/Nobel, 1991.
- MEDEIROS, Ricardo Pinto de. Política indigenista pombalina e seus reflexos nas capitanias do norte da América portuguesa. Comunicação apresentada no **Congresso Internacional O espaço atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades** (Lisboa, 2005).
- REGO, J. L. **Engenho da Paraíba**. Recorte do jornal sem referências, encontrado na casa-grande do Engenho Oiteiro (município de São Miguel do Taipu, Paraíba).
- REIS FILHO, Nestor Goulart. **Evolução Urbana no Brasil (1500-1720)**. São Paulo: Pini, 2000.
- RONCAYOLO, M. “Território”. In: **Enciclopédia Einaudi**. S.l.: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1986, v. 8, p.262-290.

SILVA, Isabelle Braz P. da. **Vilas de índios no Ceará Grande: dinâmicas locais sob o diretório pombalino**. Campinas: Unicamp, 2002. Tese de Doutorado.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. “O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento”. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato, (orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p.77-116.

Fontes documentais

Capitania da Paraíba

AHU_ACL_CU_014, Cx. 5, D. 363. [ant. 1719, janeiro, 20, Paraíba]

AHU_ACL_CU_014, Cx. 5, D. 379. [ant. 1721, julho, 10, Paraíba]

AHU_ACL_CU_014, Cx. 34, D. 2473. [1799, janeiro, 9, Paraíba]

Capitania de Pernambuco

AHU_ACL_CU_015, Cx. 66, D. 5573 [1747, junho, 30, Olinda]

AHU_ACL_CU_015, Cx. 126, D. 9545 [1777, fevereiro, 19, Olinda]